



Grupo Parlamentar

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

*A posição geo-estratégica privilegiada dos Açores tem condicionado a nossa afirmação no tempo.*

*Tal realidade determinou, de resto, a instalação de forças militares na Região em 1941.*

*Desde o primeiro acordo internacional celebrado a respeito da Base das Lajes, em 1943, entre Portugal e a Inglaterra, até aos nossos dias, com o último acordo entre o nosso país e os Estados Unidos da América assinado em 1995, tem sido evidente a importância da existência de contingentes militares estrangeiros na Região.*

*Depois de ter constituído determinante fonte de financiamento do Orçamento regional, a existência da Base das Lajes tem suscitado inúmeras posições públicas de peritos, estudiosos ou cidadãos meramente preocupados com os custos e benefícios da instalação de forças norte-americanas na ilha Terceira.*

*Muitas vezes condicionadas pela conjuntura internacional ou pelo próprio calendário da política regional ou nacional, as opiniões manifestadas têm tido um carácter avulso ou casuístico que não permite uma avaliação rigorosa e eficaz do real impacto da existência da Base das Lajes.*

*Por um lado, são manifestados riscos ao nível da segurança e do ambiente, são mencionadas queixas ao nível social e económico, são referidos constrangimentos urbanísticos e de ordenamento do território, para além das recorrentes notícias de violação de direitos dos trabalhadores portugueses naquela estrutura militar.*

*Por outro lado, enunciam-se os benefícios ao nível de política internacional e da aquisição de material militar que a República tem recebido e citam-se os números que a existência da Base tem introduzido na economia da Região.*

*Decorrendo de um acordo entre Estados, a instalação de forças militares norte-americanas na Base das Lajes não pode deixar, no entanto, de ter a permanente atenção das autoridades regionais.*



**Grupo Parlamentar**

*Para além das disposições constitucionais e estatutárias, aos órgãos próprios da Região Autónoma dos Açores exige-se que tenham uma acção vigilante e activa sobre a vigência de um acordo que tem eficácia no seu território.*

*Perante tal realidade, torna-se necessário que se proceda a um estudo consistente que avalie o real impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e do Acordo Laboral, percebendo-se, com propriedade, os efectivos custos e benefícios dos mesmos e permitindo que a Região tenha uma posição sustentada e credível sobre a matéria, de modo a tomar posições e ser ouvida em defesa dos interesses dos Açores.*

*Nessa medida, tal estudo deverá ser promovido pela Assembleia Legislativa dos Açores, como primeiro órgão da nossa autonomia.*

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do artigos 23º, nº1, alínea d), e 42º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e dos artigos 43º e 145º do Regimento da Assembleia Legislativa dos Açores, apresenta a seguinte proposta de Resolução:

#### Artigo 1º

É constituída a Comissão Eventual para avaliação do real impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e do Acordo Laboral.

#### Artigo 2º

1- A Comissão tem por objecto estudar e avaliar o efectivo impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e do Acordo Laboral, designadamente aos níveis social, económico, da segurança, do ambiente, do urbanismo

e ordenamento do território, das relações laborais e dos demais aspectos que o trabalho da Comissão venha a identificar.

#### Artigo 3º

Na prossecução dos seus objectivos, a Comissão deverá, de entre outros:

- a) Fomentar o debate público e a auscultação das entidades públicas e privadas que possam contribuir para a realização dos seus objectivos;
- b) Deliberar sobre o pedido de contributos técnicos a entidades públicas e privadas de reconhecida idoneidade;
- c) Aceitar e discutir os contributos técnicos provenientes de entidades públicas ou privadas que possam colaborar na realização dos seus objectivos.

#### Artigo 4º

Os trabalhos da Comissão serão públicos, nos termos do artigo 110º, nº1 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

#### Artigo 5º

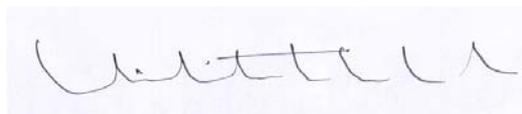
A Comissão é composta por onze deputados, sendo seis do Partido Socialista, quatro do Partido Social Democrata e um do Partido Popular.

#### Artigo 6º

No prazo de dez meses a contar da sua constituição, a Comissão apresentará ao Plenário o respectivo relatório.

Angra do Heroísmo, 19 de Novembro, de 2004.

O Presidente do Grupo Parlamentar



(Clélio Meneses)